



PLANO DE CONTINGÊNCIA para a COVID-19

Estabelecimento de Educação Infantil

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÉRGIO TEIXEIRA

URUSSANGA

PLANCON-EDU/ESCOLAS COVID-19



OUTUBRO de 2020



Este Plano de Contingência foi construído com base no Modelo do Plano de Contingência elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

**Governador do Estado de Santa Catarina
Carlos Moisés da Silva**

**Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina
João Batista Cordeiro Junior**

**Diretor de Gestão de Educação
Alexandre Corrêa Dutra**

Equipe que elaborou o Modelo de Plano de Contingência

**Coordenação: Mário Jorge C. C. Freitas - Associação Brasileira de Pesquisa Científica,
Tecnológica e Inovação em Redução de Riscos e Desastre (ABP-RRD)
Sub- Coordenação: Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense (IFC)
Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)
Fabiana Santos Lima - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Francisco Silva Costa - Universidade do Minho (UMinho/Portugal)
Janete Josina de Abreu - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Leandro Mondini – Instituto Federal Catarinense (IFC Camboriú)
Pâmela do Vale Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Regina Panceri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)**

Colaboradores Externos

**Prof. Eduardo R. da Cunha - Colégio Bom Jesus - Unidade Pedra Branca/Palhoça/SC
Prof. Josué Silva Sabino - Escola Básica Padre Doutor Itamar Luis da Costa - Imbituba/SC
Profa. Rute Maria Fernandes - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
(SEDUCE) - Imbituba/SC.
MsC. Maria Cristina Willemann - Epidemiologista - Mestre em Saúde Pública**

Plano de contingência aplicável ao

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÉRGIO TEIXEIRA

Equipe responsável pela elaboração e implementação do plano:

SÔNIA MARIA DE BONA SARTOR FURLANETTO
Professora Responsável

Luis Gustavo Cancellier
Prefeito Municipal

Rafael Salles
Proteção Defesa Civil

Ingrid Zanelatto
Secretária da Saúde

Janea Aparecida da Silva Possamai
Secretária da Educação

Membros da Equipe:

Gestora: **Sônia Maria de Bona Sartor Furlanetto**

Professora Efetiva: **Juliana D'Agostin**

Professores ACTs: **Elizandra B. Gonçalves**

Luciane Vieira

Michele A. Cesconetto

Representante das Famílias: **Sabrina C. Bressan**

Ester Ghesi Eleuterio

Representante da Merenda: **Tatianan Della V. Ceron**

Representante da Limpeza: **Marisa Araújo**

Representante da APP: **Rubia Cimolin**

Alini Cardoso

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA.....	7
3.	ATORES/POPULAÇÃO ALVO	8
4.	OBJETIVOS.....	8
4.1	OBJETIVO GERAL	8
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
5.	CENÁRIOS DE RISCO.....	9
5.1	AMEAÇA (S).....	9
5.2	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	11
5.2.1	VULNERABILIDADES	12
5.3	CAPACIDADES INSTALADAS/A INSTALAR.....	13
6.	NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO	14
7.	GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA	16
7.1	DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP)	16
7.1.1	DAOP DE MEDIDAS SANITÁRIAS.....	17
7.1.2	DAOP DE MEDIDAS PEDAGÓGICAS.....	21
7.1.3	DAOP DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	25
7.1.4	DAOP DE MEDIDAS DE TRANSPORTE ESCOLAR.....	30
7.1.5	DAOP DE MEDIDAS PARA GESTÃO DE PESSOAS.....	32
7.1.6	DAOP DE MEDIDAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO.....	34
7.1.7	DAOP DE MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	35
7.1.8	DAOP DE MEDIDAS DE FINANÇAS.....	36
7.2	UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL (SISTEMA DE COMANDO OPERACIONAL/COMITES ESCOLARES).....	37
7.3	SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME).....	38
7.3.1	DISPOSITIVOS PRINCIPAIS.....	38
7.3.2	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	40

1. INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa emergente, causada por um vírus da família dos corona vírus — o SARS-CoV-2 (de forma simplificada, como institui a OMS, 2019-nCoV) identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Em 30 de janeiro, o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março, levando em consideração a amplitude de sua propagação mundial, veio a ser classificada como pandemia. Segundo a OMS, para configurar uma pandemia são necessárias três condições:

- a. ser uma nova doença que afeta a população;
- b. o agente causador ser do tipo biológico transmissível aos seres humanos e causador de uma doença grave; e
- c. ter contágio fácil, rápido e sustentável entre os humanos.

A ocorrência da COVID-19, bem como as providências a serem aplicadas, se integram na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Efetivamente estamos em estado de calamidade pública decretada em decorrência de um desastre de natureza biológica, que se insere na rubrica “doenças infecciosas virais” (conforme o COBRADE nº 1.5.1.1.0). No Brasil, o Congresso Nacional reconheceu, para fins específicos, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Presidente da República.

Em Santa Catarina, o acionamento do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD ocorreu no dia 14 de março, quando foi deflagrada a “Operação COVID-19 SC”. No dia 17 de março, o governo do Estado decretou emergência, através do Decreto nº 515, por conta da pandemia de corona vírus. O Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, até 31 de maio. Este Decreto foi alterado por outro de número 587, de 30 de abril, que suspendeu as aulas nas unidades das redes de ensino pública e privada por tempo indeterminado. O Decreto nº 630, de 1º de junho, suspendeu até 2 de agosto de 2020 as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Em 16 de junho, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 544 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo corona vírus - COVID-19. E, em 18 de junho, a Portaria nº 1.565 que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da

população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

O impacto potencial da COVID-19 é elevado devido a, entre outros aspectos:

- a. a propagação do vírus ser fácil e rápida;
- b. a transmissão ocorrer enquanto o paciente está assintomático ou tem sintomas leves (5 até 14 dias);
- c. a doença ter consequências agravadas, para além de idosos, em certos grupos populacionais com grande expressão no Brasil, como diabéticos, hipertensos e com problemas cardíacos;
- d. a possibilidade de gerar sobrecarga nos sistemas e serviços de saúde e assistência social (podendo gerar sua ruptura), na fase exponencial da contaminação;
- e. a taxa de mortalidade pode atingir, em certos contextos, números preocupantes.

Considerando que a transmissão do agente infeccioso se faz por contágio interpessoal, é fundamental promover a preparação das instituições, organizações e serviços para uma resposta efetiva e oportuna, que ajude a diminuir a amplitude e ritmo da infecção e a mitigar seus impactos, especialmente, o número de vítimas mortais. A estratégia a seguir deve estar alinhada com as indicações do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) e outras indicações de órgãos de governos federal, estadual e municipal. As atividades a desenvolver devem ser sempre proporcionais ao nível de risco definido pelas instituições responsáveis.

As experiências já reconhecidas nos casos mais bem-sucedidos de controle provam que a preparação para uma epidemia começa (ou deve começar) antes dela ocorrer. Se tal não ocorreu (ou só ocorreu parcialmente), mais importante se torna que a prevenção se inicie logo aos primeiros sinais de casos provenientes de outros países (ou regiões), com reforço na fase de transmissão local e, obviamente, maior destaque na fase de transmissão comunitária ou sustentada. Entre as medidas adotadas desde cedo pelos países melhor sucedidos no controle à COVID-19, constam-se a realização massiva de testes com isolamento de casos detectados e quebra de cadeias de transmissão, medidas de reforço da higiene individual e comunitária, comunicação eficaz e adequada e conscientização efetiva, mas dando devido realce a riscos e consequências em caso de negligência de medidas de distanciamento social (de vários graus e ordem), obrigatórias ou voluntárias, com proibição de aglomerações.

Um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, é o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC). Nele se define(m) e caracteriza(m) o(s) cenário(s) de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(s)

alude(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos a mobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise. Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados em fase de normalidade ou, quando muito, prevenção, ou seja, antes da ocorrência do evento extremo. Na presente situação estão sendo elaborados em plena etapa de mitigação, já na fase de resposta.

O Centro de Educação Infantil Sérgio Teixeira, face à atual ameaça relacionada com a COVID-19, e tendo em conta a sua responsabilidade perante à comunidade escolar/acadêmica (alunos, professores, funcionários e familiares destes), elaborou o presente PLANO DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-EDU/COVID-19). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência da Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (nomeadamente, Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, bem como Secretarias de Estado de Saúde e de Educação).

O Plano de Contingência Escolar para a COVID-19, a partir de cenários de risco identificados, define estratégias, ações e rotinas de resposta para o enfrentamento da epidemia da nova (COVID-19), incluindo eventual retorno das atividades presenciais, administrativas e escolares. O conjunto de medidas e ações ora apresentado deverá ser aplicado de modo articulado, em cada fase da evolução da epidemia da COVID-19.

2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

A estrutura do PLACON-EDU do Centro de Educação Infantil Sérgio Teixeira, obedece ao modelo conceitual ilustrado na Figura 1.

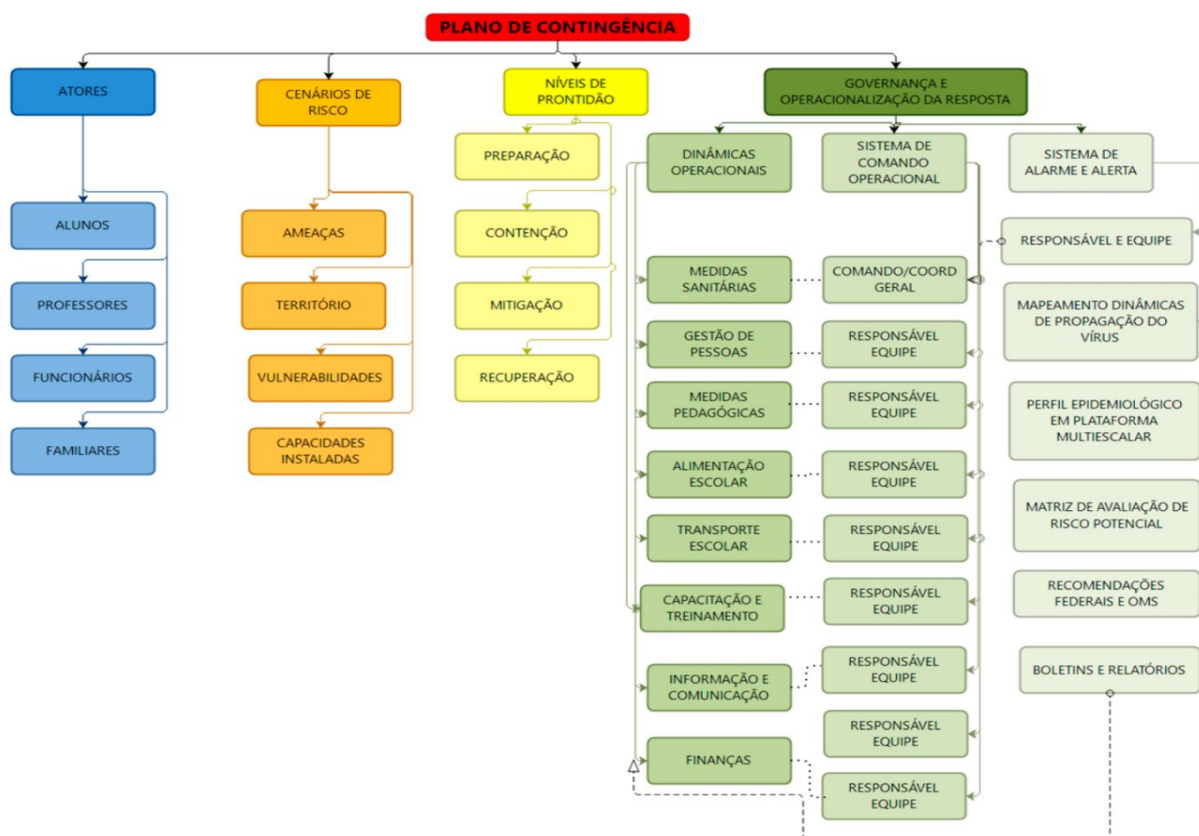


Figura 1: Mapa conceitual de estrutura do plano (organograma do plano de contingência)

3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO

Público alvo: alunos, professores, funcionários, prestadores de serviços terceirizados e familiares deste Centro de Educação Infantil Sérgio Teixeira. Localizado no bairro Santana, Urussanga, SC, Região Carbonífera.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Fortalecer os processos de governança da escola, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação para o enfrentamento da epidemia enquanto persistirem as recomendações nacionais, estaduais e/ou regionais de prevenção ao contágio da COVID-19, buscando assegurar a continuidade da sua missão educacional pautada pela proteção e segurança da comunidade escolar/acadêmica.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Identificar os cenários de riscos (com base nas ameaças, território envolvido, vulnerabilidades e capacidades instaladas do estabelecimento de ensino);
- b. Definir as dinâmicas e ações operacionais e adotar os protocolos operacionais específicos, abrangendo todas as atividades do estabelecimento e todos os membros da comunidade escolar e cumprindo todas as recomendações oficiais;
- c. Estabelecer uma Unidade de Gestão Operacional que assegure a implementação das dinâmicas e ações definidas para diferentes fases, em especial, na retomada de atividades presenciais;
- d. Promover acesso à informação constante de boletins atualizados e outros materiais de fontes oficiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;
- e. Garantir uma eficiente comunicação interna (com alunos, professores e funcionários) e externa (com pais e/ou outros familiares dos alunos, fornecedores e população em geral);
- f. Determinar quais os recursos necessários para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;
- g. Implementar as ações de resposta, mitigação e recuperação, em cada fase, abrangendo toda a atividade do estabelecimento;
- h. Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;

- i. Identificar eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando/encaminhando para que de imediato possam usufruir de apoio da escola e por parte dos serviços de saúde, evitando ou restringindo situações de contágio;
- j. Assegurar a continuidade da missão educativa, estabelecendo estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento escolar;
- k. Garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e apoio psicológico compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade escolar nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física e mental/emocional.

5. CENÁRIOS DE RISCO

Este plano de contingência está elaborado para cenários de risco específicos, que consideramos se aplicar ao nosso estabelecimento educativo. Em tais cenários são considerados o território de alcance da ameaça (COVID-19) com que se tem que lidar, bem como as vulnerabilidades e capacidades instaladas/a instalar.

5.1 AMEAÇA (S)

A principal ameaça a que o plano de contingência visa dar resposta é uma ameaça biológica, uma pandemia, mais exatamente, a transmissão do vírus 2019-nCoV, que tem impacto direto no sistema cardiorrespiratório, desencadeando no organismo humano a COVID-19.

A transmissão ocorre através:

- a. de gotículas ou micro gotículas de saliva e secreção nasal etc., projetadas por uma pessoa infectada e que atingem diretamente a boca, nariz e/ou olhos de outra pessoa. Essas gotículas podem atingir a boca, olhos ou nariz de pessoas próximas ou por contato;
- b. de contato físico com pessoa contaminada, como, por exemplo, ao apertar a mão de uma pessoa contaminada e em seguida levar essa mão à boca, ao nariz ou aos olhos.
- c. de objetos ou superfícies contaminadas e posterior contato com a boca, nariz ou olhos. Não podendo ser descartada a possibilidade de transmissão pelo ar em locais públicos – especialmente locais cheios, fechados e mal ventilados.

Depois do vírus atingir as mucosas, a maioria das pessoas desenvolve a doença com sintomas

amenos. Há, contudo, pessoas que desenvolvem quadros de grande gravidade que, em certos casos, causam a morte do paciente. A probabilidade de complicações graves é mais comum em pessoas de grupos etários mais idosos e/ou na presença de outras doenças crônicas. Contudo, começam a aparecer mais casos em outras faixas de idade e em pessoas sem comorbidades aparentes.

Por outro lado, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS, calcula-se que a taxa de mortalidade associada à COVID-19 seja substancialmente maior que a da gripe sazonal (0,02% para 3,6% ou mais). A taxa de transmissão é elevada (cerca de 3, ou seja, 1 pessoa contamina, em média, 3 pessoas). Sem estratégias de distanciamento físico, deixando o vírus se transmitir livremente, a taxa de contaminação pode atingir, eventualmente, até 50 a 70%, o que teria por consequência a falência total de sistemas de saúde e funerários, pois teríamos milhões de mortos e um cenário extremamente crítico.

Cabe ainda ressaltar que a falência dos sistemas de saúde e funerário não depende somente da taxa de contaminação, mas sobretudo da capacidade de atendimento dos casos graves da doença que podem atingir o nível de saturação mesmo em contexto de taxas menores de contágio. Não existe ainda nenhuma vacina disponível e provavelmente não estarão disponíveis ainda em 2020. Também não existem tratamentos medicamentosos específicos suficientemente testados, embora alguns medicamentos - tradicionalmente utilizados no tratamento de outras doenças - tenham sido utilizados com aparente sucesso, que não se sabe advir de qual ou de sua combinação com outros, e alguns novos medicamentos começam a ser testados.

Assim, a esta ameaça principal do vírus em si e da doença - por vezes mortais - que ele desencadeia, juntam-se, no mínimo, mais duas:

- a. a ameaça de uma profunda crise econômica e financeira;
- b. a ocorrência de contextos de perturbações emocionais pessoais e desequilíbrios sociais variados.

Nos dois últimos casos, o planejamento de estratégias mais adequadas para prevenir e restringir novos contágios, quando da retomada gradual de atividades, pode contribuir significativamente para o controle da doença e dirimir os impactos colaterais, favorecendo um ambiente mais propício à recuperação econômica e dos impactos psicossociais da pandemia.

Em síntese, a ameaça é real e de natureza complexa, uma vez que:

- a. o vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica);
- b. seus impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo;
- c. os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco;

- d. seu impacto na situação econômica global e de cada país pode gerar uma forte crise;
- e. o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar;
- f. aos períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

No caso concreto do Centro de Educação Infantil Sérgio Teixeira foi julgada como ajustada a descrição de território que segue:

Está localizado na rua Pedro Estevam de Souza, 181, no bairro Santana, do município de Urussanga, SC, Região Carbonífera e pertence a Rede Municipal de Educação.

O horário de atendimento é das 07:00h às 17:30h. A mesma atende a Educação Infantil (0 a 6 anos), sendo que as turmas variam de acordo com as matrículas.

Para o ano letivo de 2020 as turmas ficarão assim formadas;

- Creche Integral – Crianças de 0 a 3 anos;
- Creche III – Crianças de 3 a 4 anos;
- Pré Integral – Crianças de 4 a 5 anos;
- Pré vespertino – Crianças de 4 a 5 anos.

Tendo um total atual de 44 crianças, sendo que a maioria permanece na Unidade Escolar no período integral. Também recebemos crianças vindas de outros bairros, que utilizam o transporte escolar.

A instituição possui 14 funcionários, sendo 01 professora responsável, 01 monitora, 02 estagiárias, 07 professoras e 03 agentes de serviços gerais (sendo 01 merendeiras e 02 para limpeza).

A estrutura física do CEI, possui quatro (04) salas de aula, um (01) refeitório, uma (01) cozinha, uma (01) secretaria, quatro (04) banheiros adaptados pra crianças um (01) banheiro para adultos ,uma (01) sala de professores pequena, pátio externo com parque infantil, uma (01) caixa de areia coberta e cercada, corredores que dão acesso as salas. No período matutino circulam no espaço interno e externo vinte e nove (29) pessoas, sendo vinte (20) crianças e nove (09) adultos e no período vespertino circulam cinquenta e quatro pessoas (54), sendo (44) quarenta e quatro crianças e dez (10) adultos.

Ao lado do CEI temos uma estrada com um grande fluxo de caminhões que transportam carvão.

5.2.1 VULNERABILIDADES

O Centro de Educação Infantil Sérgio Teixeira toma em consideração, na definição de seu cenário de risco, as vulnerabilidades gerais e específicas que seguem:

- a. facilitação de condições que permitam a transmissão do vírus, através de contatos diretos (aperto de mão, beijos, atingimento por partículas de pessoa infectada que tosse ou espirra, etc.) ou mediados (toque em superfícies infectadas, etc., seguido de toque com as mãos na boca, nariz e olhos), particularmente, em sociedades com hábitos sociais de maior interatividade física interpessoal;
- b. falta de certos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional ou negligência no seu cumprimento, nomeadamente os hábitos associados à lavagem regular e adequada das mãos, etiquetas corretas de tossir e espirrar;
- c. insuficiente educação da comunidade escolar para a gestão de riscos e para a promoção da saúde (em especial, contextos epidemiológicos) que, em certos casos, se associa a baixa educação científica e dificuldades de pensamento crítico;
- d. atitudes de negação do vírus, da COVID-19 e/ou de seu impacto, decorrente de fake news e difusão de informação não validada cientificamente;
- e. condições específicas dos estabelecimentos, tais como tipo e dimensões das instalações físicas, condições de arejamento, espaço disponível para suficiente espaçamento das pessoas etc.;
- f. baixa percepção de risco e o descumprimento de regras sociais (por exemplo, distanciamento e isolamento social, uso de máscaras, entre outros);
- g. existência de atores pertencendo a grupos de risco;
- h. atividades essencialmente presenciais e desenvolvidas em grupos;
- i. dependência de meios de transporte coletivos urbanos, eventualmente saturados;
- j. falta de formação dos professores para usar tecnologia na educação;
- k. alunos sem espaço adequado para estudo em casa, falta de equipamentos como computadores e notebooks e problemas na conexão à internet;
- l. horário único de acesso às aulas e intervalos (recreios), causando possível aglomeração na entrada e saída das pessoas;
- m. número insuficiente de funcionários para auxiliar na fiscalização das normas de convivência exigidas;
- n. professores que trabalham em outras unidades escolares;
- o. números de funcionários para as funções criadas para o combate ao corona vírus no contexto escolar;
- p. falta de autonomia das crianças para realizar sua higiene básica e sua alimentação, sem o contato

- físico com o profissional;
- q. alunos que frequentam outras instituições de ensino;
- r. alunos com deficiência, também não tem autonomia para realização de sua higiene básica e alimentação sem o contato físico com o profissional;
- s. existência de servidores e crianças que convivem com pessoas do grupo de risco;
- t. existência de crianças com comorbidades.

5.3 CAPACIDADES INSTALADAS/A INSTALAR

O Centro de Educação Infantil Sérgio Teixeira considera já ter instaladas e a instalar as seguintes capacidades:

Capacidades instaladas:

- a – Constituição de uma Comissão Escolar de Gerenciamento da Pandemia da COVID-19 no âmbito da Educação, pelo decreto GP/N°88 de 30 de setembro de 2020
- b – Quatro (04) salas de aula:
 - Uma (01) medindo 49 m²
 - Uma (01) medindo 57m²
 - Duas (02) medindo 51 m²
- c – Um (01) Refeitório medindo 24.5 m²
- d – Uma (01) Cozinha
- e – Uma (01) Secretaria
- f – Quatro (04) banheiros: Três (03) adaptados para as crianças e um (01) para adultos
- h – Escovódromo
- i – Área externa com parque infantil
- j – Caixa de areia coberta e cercada;
- k – Apenas um acesso de entrada e saída;
- l – Ouvidoria para receber denúncias dos descumprimentos dos protocolos, no número (48) 3465-3126

Capacidades a instalar

- a. dispor de ambiente específico para isolamento de pessoas que possam vir a ter algum tipo de sintoma gripal;
- b. formação específica, de acordo com o planejamento que segue: Capacitação/treinamento geral de agentes educativos em diversos aspectos respeitando ao planejamento de retorno às aulas;
- c. Isolamento dos bebedouros;
- d. Isolamento da caixa de areia e parque infantil;
- e. oferecer ao aluno durante a alimentação, papel toalha ou guardanapo para ser colocada a máscara;
- f. modificação das salas de aula conforme distanciamento mínimo, levando em conta a capacidade operacional do professor;
- g. sinalizar/demarcar os locais de circulação de toda unidade escolar;
- h. disponibilizar EPIs para cada funcionário da equipe escolar;
- i. aquisição de berços/cercadinhos para as crianças menores (0 a 3 anos); para menor contato entre os professores e as crianças;
- j. treinamento, incluindo simulados.
- k. estabelecer fluxos de encaminhamento de pessoas com sintomas à rede de atenção pública ou privada;
- l. estabelecer protocolos internos de rastreamento e afastamento de contatos de casos confirmados;
- m. Providenciar mais um acesso ao CEI entrada/saída;
- n. Promover a avaliação do plano mensalmente ou quando houver necessidade;
- o. Sinalizar todos os ambientes da unidade escolar, com cartazes indicando a capacidade máxima permitida;
- p. Desenvolver meios de comunicação com a comunidade escolar, para que o retorno possa acontecer de forma segura para todos;
- q. Informativos para o transporte escolar, identificando a capacidade máxima permitida por veículos;
- r. Dispor de um segundo espaço para a realização de atendimento psicossocial para as crianças e servidores.

6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de prontidão/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados em indicações da OMS e correspondem à terminologia que vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde em suas análises. Tal terminologia parece-nos a mais adequada tanto à natureza da pandemia, como para os estabelecimentos a que se destina: Preparação; Resposta (subdividida em Contenção e Mitigação); e Recuperação.

FASES	SUBFASES	CARACTERÍSTICAS	PLANCON ESTADUAL
PREPARAÇÃO		Não existe epidemia ou existe em outros países de forma ainda não ameaçadora	
RESPOSTA	Contenção (por vezes, subdividida em simples no início e alargada quando já há casos no país/estado)	<p>Pode ir desde quando há transmissão internacional em outros países ou casos importados em outros estados (contenção inicial) até à situação da existência de cadeias secundárias de transmissão em outros estados e/ou casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária (contenção alargada).</p> <p>Inclui medidas como o rastreamento (por meio de testes), isolamentos específicos (para evitar o contágio da população a partir de casos importados) e vigilância de entradas, saídas e deslocamentos de pessoas, buscando erradicar o vírus. O limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga e entra em transmissão local. Considera-se na fase de Contenção duas subfases Contenção Inicial e Contenção Alargada.</p>	Alerta (quando somente há ocorrências em outros estados) e Perigo Iminente (quando há casos importados no estado, mas sem cadeias de transmissão secundária)
	Mitigação (podendo, se houver medidas muito firmes como testagem generalizada, isolamento de casos e impedimento de entradas chegar até à Supressão)	<p>A mitigação deve começar logo quando há transmissão local e intensificar-se quando há transmissão sustentada ou comunitária.</p> <p>Sabendo-se que não será possível evitar todos os contágios, tenta-se diminuir o avanço da pandemia, com ações como suspensão de aulas, fechamento de comércio, bares e restaurantes, cancelamento de eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos, suspensão ou limitação de transportes etc.</p> <p>Quando a situação de contágio está sob maior controle e caminha para uma fase de recuperação estas medidas restritivas podem ser flexibilizadas.</p>	Emergência de Saúde Pública
RECUPERAÇÃO		<p>Caracteriza-se inicialmente pela redução do contágio e óbitos e controle parcial da epidemia, sustentada em indicadores oficiais de evolução de taxas de contágio e de ocupação de atendimento hospitalar. Posteriormente, pela superação do surto epidêmico e/ou surgimento de vacina e/ou descoberta de medicamentos adequados para o tratamento da COVID-19, comprovados cientificamente pelas autoridades competentes podendo considerar-se consolidada (recuperação plena). Até que isso aconteça, deve-se manter medidas preventivas adequadas para evitar o surgimento de novos focos de infecção e reversão do achatamento da curva de contágio. Na ocorrência de reversão da redução do contágio as medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser retomadas, em partes similares às previstas para a fase de Contenção.</p>	

``Quadro 1. Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-EDU para a COVID-19.

Fonte: Adaptado de um modelo geral de fases considerado pela OMS e, como base nos quais, muitos países elaboraram seus planos de contingência.

7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise, tão grave como a que nos confrontamos e temos que lidar, exige um ajuste na governança, ou seja, nos processos de governar neste tempo de crise. Referimo-nos, em especial, à interação e tomada de decisão entre os atores envolvidos neste problema coletivo, acompanhada da criação, reforço e/ou remodelação de diretrizes e normas e implementação de ações adequadas.

Na governança, diretamente, relacionada com a operacionalização das dinâmicas e ações operacionais de resposta, salientam-se três domínios fundamentais:

- a. o das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (e respectivos protocolos) a implementar;
- b. o do Sistema de Comando Operacional, propriamente dito, diferenciado do “normal” sistema e processo de governo, mas com ele interligado, e que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;
- c. o do Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e os processos de monitoramento e avaliação, que permite, identificar os eventuais ajustes que se torna necessário implementar.

7.1 DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP)

As diretrizes, dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas encontram-se indicadas na sequência.

No planejamento da implementação das diretrizes, dinâmicas e ações sugere-se que seja usada, como referência, a ferramenta de qualidade 5W2H. Os 5 W (das iniciais do nome em inglês) são: W1) porque será feito; W2) o que será feito; W3) onde será feito; W4) quando será feito; W5) quem o fará. Os dois H: H1) como será feito; H2) quanto custará.

Os quadros síntese que seguem resumem as principais dinâmicas e sugestões de ações que podem ser realizadas, sendo que as diretrizes com mais detalhes estão disponíveis nos links de acesso.

7.1.1 DAOP DE MEDIDAS SANITÁRIAS

O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Monitorar e orientar as higienização das mãos de todos os membros da comunidade escolar.	Entrada das escolas, salas de aula, pátios, banheiros, refeitórios e demais repartições.	Durante o expediente escolar.	Comissão escolar, S.C.O., funcionários.	Através de cartazes, roda de conversas, práticas pedagógicas e materiais impressos.	A verificar.
Monitorar, orientar e observar a utilização de máscaras descartáveis, ou de tecido conforme previsto na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020.	Em todos os ambientes escolares internos e externos.	Durante o expediente escolar.	Comissão escolar, S.C.O., funcionários.	Através de cartazes, roda de conversas, práticas pedagógicas e materiais impressos. Obs:ativa de todos.	A verificar.
Aferir de temperatura de estudantes e servidores.	Entrada da escola, antes de entrar no transporte escolar/ou em casos de apresentação de alguns sintoma.	Durante o expediente escolar.	Comissão escolar, S.C.O.	Disponibilizam do medidores de temperatura digital infravermelho. Realizando a aferição de temperatura na chegada e durante o período das aulas, se necessário. Registrando no boletim diário a Ocorrência: (igual ou maior a 37,8°C).	A verificar.

Monitorar e regular o distanciamento social (2m).	Em todos os espaços físicos da unidade escolar.	Durante o Expediente escolar.	Comissão Escolar.S.C.O.	Número de alunos por sala, considerando espaçamento de 2m de distanciamento Evitando aglomerações. Tendo como base para cálculo 2,25m ² para alunos sentados. De 0 à 3 anos nos berços e cercadinhos.	Sem custo.
Adequar uma sala específica para isolamento.	Unidade escolar.	Antes do retorno das atividades presenciais.	Comissão escolar ,S.C.O.	Isolar um espaço para casos suspeitos com sintomas da síndrome gripal.	A verificar.
Monitorar, orientar e restringir a entrada de pessoas.	Unidades escolares	Durante o expediente escolar	Comissão escolar, S.C.O.	Manter os portões fechados monitorando e evitando a entrada de pessoas. Agendar horários de atendimentos se necessário.	Sem custo.
Escalonar horários de usos dos espaços da unidade escolar.	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar S.C.O.	Organizar um cronograma de uso de espaços comuns: refeitório,sala professores,pátio externo, entre outros.	Sem custo.
Escalonar a chegada e saída das crianças.	Unidade escolar.	No início e final de cada período.	Comissão escolar, S.C.O.	Organizar um cronograma de entrada e saída. Enviar comunicado com	Sem custo.

				orientações as famílias.	
Sinalizar rotas dentro da escola para que os alunos e/ou servidores mantenham distância entre si.	Em todo o espaço físico da escola que tenha fluxo de pessoas.	Antes do retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Fixando fitas de isolamentos, sinalizando com setas indicativas, cartazes explicativos, entre outros materiais.	A verificar.
Intensificar a higienização das mãos.	Unidade escolar.	Diariamente com maior frequência.	Comissão Escolar. S.C.O.	Manter os lavatórios/pias com dispensador de sabonete líquido, suporte com papel toalha, lixeira com tampa com acionamento por pedal e dispensadores com álcool em gel em pontos de maior circulação (recepção, salas de aula, corredores, refeitório e outros).	A verificar.
Restringir a entrada de pessoas.	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Manter os portões fechados monitorando e evitando a entrada de pessoas. Agendar horários de atendimentos se necessários.	Sem custo.

Orientar o comportamento social de servidores e crianças.	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Comunicar sobre evitar aperto de mãos, abraços e beijos mantendo o distanciamento.	Sem custo.
Promover treinamento específico sobre higienização.	Unidade escolar.	Antes da retomada das atividades presenciais.	Secretaria de Educação. Comissão Escolar e S.C.O.	Realizar formação em parceria com a Secretaria de Saúde para os servidores a respeito da higienização pessoal, dos ambientes e materiais de expedientes.	Sem custo.
Reduzir materiais em sala de aulas.	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Manter somente os materiais de uso necessário no espaço de sala de aula dando preferência aos higienizáveis. (livros, jogos, brinquedos entre outros).	Sem custo.
Intensificar, quando possível, a utilização de iluminação natural e a manutenção de portas e janelas abertas para a ventilação natural.	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Manter os ambientes arejados, evitando uso de ventiladores e ar condicionado.	Sem custo.

Quadro 2: Esquema de organização DAOP Medidas Sanitárias

7.1.2 DAOP DE MEDIDAS PEDAGÓGICAS

O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Incentivar a permanência na educação básica.	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Assegurando o acesso e permanência na escola.	Custo aluno conforme FUNDEB.
Criar metodologias Pedagógicas.	Unidade escolar.	Antes e durante o retorno das aulas presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Adequar metodologias e estratégias que garantam o acesso a aprendizagem das crianças.	Sem custo.
Mapear as crianças em condição de retorno	Unidade escolar.	Antes do retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Realizar levantamento das crianças que não apresentaram as devolutivas das atividades não presenciais, que apresentam dificuldade de aprendizado, alunos com vulnerabilidade social e aqueles que não conseguiram acessar a plataforma on-line.	Sem custo.
Priorizar o atendimento do grupo identificado no mapeamento aqueles que vão para o	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Atender as crianças que não fizeram a devolutiva das atividades não presenciais,	Sem custo.

Ensino Fundamental.				aqueles que não conseguiram acessar a plataforma on-line. Ocorrerá durante duas horas diárias, quatro vezes por semana. 2020	
Elaborar um termo de manifestação de interesse aos responsáveis.	Unidade escolar.	Antes do retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar, S.C.O.	O termo de manifestação de interesse será aos responsáveis das crianças determinados pela Unidade Escolar. Com a negativa, o responsável se responsabiliza em acompanhar as atividades pedagógicas não presenciais.	Sem custo.
Reorganizar quadro de horários.	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar, S.C.O.	Criar um quadro com horários alternados para evitar aglomerações na entrada e saída das aulas.	Sem custo.
Criar espelho para as salas de aulas.	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. SCO	Criar espelho de classe, onde o aluno sempre use a mesma mesa e cadeira.	Sem custo.

Criar um termo de compromisso para os responsáveis dos que preferirem manter o ensino remoto.	Unidade escolar.	No retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	O termo de compromisso garante a autonomia dos responsáveis quanto ao retorno das atividades presenciais, podendo estes optarem por continuar com o ensino remoto.	Sem custo.
Realizar busca ativa frequente.	Unidade escolar.	Antes e durante o retorno das atividades presenciais.	Comissão Escolar. S.C.O.	Realizar busca ativa das crianças que não retornaram para as atividades presenciais ou que não estão realizando as atividades não presenciais.	Sem custo.
Apoiar psicossocialmente	Unidade escolar.	Antes e durante o retorno das atividades presenciais.	Equipe técnica da secretaria de educação (psicólogos, fonoaudiólogos) Comissão escolar, S.C.O.	Realizar encontros (formação e palestras) promovidos pela equipe técnica para os servidores.	Sem custo.
Mapear a posição da família quanto ao retorno dos alunos da educação especial.	Unidade escolar.	Antes do retorno das atividades presenciais	Comissão escolar, S.C.O.	Realizar um levantamento junto aos familiares dos alunos AEE para identificar sua posição	Sem custo.

				quanto ao retorno das atividades presenciais com foco na funcionalidade e autonomia do aluno. Garantindo também ensino remoto para os que estejam impossibilitados de retornarem.	
--	--	--	--	---	--

Quadro 3: Esquema de organização DAOP Questões Pedagógicas

7.1.3 DAOP DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Utilizar e elaborar o Manual de Boas Práticas de manipulação e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) da área de manipulação e do lactário de forma a adequá-los para o combate à disseminação da COVID-19.	Unidade Escolar	Antes do início das aulas presenciais	Nutricionista S.C.O.	Elaborar o Manual de Boas Práticas de produção e os POPs com base na Resolução nº 216/2004 da AMVISA e nos materiais voltados às novas medidas de disseminação Da COVID-19	Sem custos
Manipular o preparo dos alimentos de acordo com o Manual de Boas Práticas e os Procedimentos.	Unidade Escolar.	Antes do início das aulas presenciais e durante a retomada das aulas	Nutricionista. S.C.O.	Realizar Capacitações, supervisionar as atividades	Sem custo
Utilizar utensílios higienizados conforme definido no Manual de Boas Práticas dos Alimentos de cada estabelecimento	Unidade Escolar.	Antes do início das aulas presenciais e durante a retomada das aulas.	Manipuladores e auxiliares de limpeza. Equipe diretiva, S.C.O.	Orientando, capacitando e Seguindo o manual.	Sem custos
Orientar os trabalhadores a evitar tocar o rosto, em especial os olhos e a máscara, durante a produção e	Unidade Escolar	Antes do início das aulas presenciais e durante a retomada das aulas.	Comissão Escolar, nutricionista e S.C.O.	Realizando capacitações, Supervisionando as atividades e elaborando cartazes para etiqueta respiratória.	Sem custos

distribuição dos alimentos, seguindo os procedimentos estabelecidos no manual de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos.					
Orientar os trabalhadores que os uniformes devem ser trocados, diariamente e usando exclusivamente nas dependências de armazenamento, preparo e distribuição dos alimentos.	Unidade Escolar.	Antes do início das aulas e durante a retomada das aulas presenciais.	Nutricionista, Comissão escolar, S.C.O.	Realizando capacitações e supervisionando as atividades.	Sem custos.
Realizar higienização adequada das mesas, cadeiras, bancos e similares, a cada uso. Não utilizar toalhas de tecido ou outro material.	Unidade Escolar.	Durante a retomada das aulas presenciais.	Manipuladores de alimentos, auxiliares de limpeza, S.C.O.	Seguir as recomendações de higienização presentes no Manual de Boas Práticas e nos POPs.	Sem custos.
Estabelecer horários alternados de distribuição de alimentos e mamadeiras, e utilização do refeitório, com o objetivo de evitar aglomerações.	Unidade Escolar	Antes e durante a retomadas das aulas presenciais.	Nutricionista, Comissão Escolar, S.C.O.	Verificar o tempo suficiente para realizar as refeições, acrescentando o tempo de higienização do local, evitando assim, o cruzamento dos fluxos de trabalho (distribuição,	Sem custos.

				recolhimento, higienização e ocupação).	
Organizar a disposição das mesas e cadeiras no refeitório de modo a assegurar que a sua utilização proporcione o distanciamento mínimo de 2,0 m (dois metros) entre as pessoas.	Unidade Escolar.	Antes e durante a retomada das aulas.	Nutricionista, Comissão Escolar e S.C.O.	Verificar o tamanho do espaço e adequar as posições nos lugares que as crianças irão utilizar. Sinalizar com fita sinalizadora e, se for o necessário com algum objeto.	Sem custos
Obedecer o distanciamento mínimo de 2,0 metros (dois metros) entre as pessoas no refeitório, em todas as atividades, da entrada e saída.	Unidade Escolar	Antes e durante a retomada das aulas.	Comissão escolar e S.C.O.	Colocar fitas adesivas sinalizadoras a 2,0 m de distância, delimitando assim o espaço entre as crianças.	Sem custo
Recomendar que preferencialmente não sejam trazidos alimentos externos. Caso haja a necessidade, este deverá estar higienizados e embalado conforme recomendações sanitárias.	Unidade Escolar.	Antes e durante a retomada das aulas.	Comissão Escolar e S.C.O.	Comunicado, orientando os pais ou responsáveis, sobre o evitar de levar alimentos. Elaborar cardápios e encaminhar aos pais e responsáveis antes da retomada das aulas	Sem custos.

<p>orientar crianças e trabalhadores a não partilhar alimentos e não utilizar os mesmos utensílios, como copo, talhares, prato entre outros, assim como orientar de utilizar a máscara durante toda a permanência no ambiente, retirando somente no momento do consumo dos alimentos.</p>	<p>Unidade Escolar</p>	<p>Antes e durante a retomada das aulas.</p>	<p>Comissão Escolar e S.C.O.</p>	<p>Orientação as crianças e funcionários antes da retomada das aulas, assim como no ambiente escolar sobre a questão.</p>	<p>Sem custos.</p>
<p>Orientar que entregadores e outros trabalhadores externos, não entrem na área de manipulação dos alimentos.</p>	<p>Unidade Escolar</p>	<p>Antes do início das aulas presenciais e durante a retomada das aulas.</p>	<p>Comissão escolar e S.C.O.</p>	<p>Orientar por meio de formação e capacitação, através de comunicados e cartaz de orientação.</p>	<p>Sem custos.</p>
<p>Seguir os procedimentos de higienização do kit de alimentação escolar de acordo com as normas sanitárias.</p>	<p>Unidade Escolar</p>	<p>No momento da distribuição dos Kits.</p>	<p>Equipe de cada responsável pela montagem dos kits.</p>	<p>Ao receber os produtos e no momento da montagem dos kits, realizando a higienização com papel toalha e álcool líquido 70%.</p>	<p>Sem custos.</p>
<p>Manter as mamadeiras e chupetas individuais, identificadas, higienizadas,</p>	<p>Unidade Escolar</p>	<p>Durante a retomada das aulas.</p>	<p>Manipuladores e auxiliares de limpeza, comissão escolar e S.C.O.</p>	<p>Realizando capacitações e supervisionando as atividades.</p>	<p>Sem custo.</p>

secas e guardadas em armário fechado. Se as mamadeiras (copinhos com tampa de bico) forem de uso coletivo devem ser lavadas e desinfetadas com solução clorada ou fervidas durante 10 minutos.					
Recomendar que nos casos em que os alimentos sejam servidos em sala de aula, sejam transportados em recipientes higienizado e fechados com tampa, a fim de evitar riscos de contaminação durante o transporte.	Unidade Escolar.	Antes do início das aulas e durante a retomada das aulas presenciais.	Manipuladores, auxiliares de limpeza, comissão escolar e S.C.O.	Realizando capacitação e supervisionando as atividades	Sem custos.

Quadro 4: Esquema de organização DAOP Alimentação Escolar

7.1.4 DAOP DE MEDIDAS DE TRANSPORTE ESCOLAR

O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Orientar aos pais ou responsáveis, que as crianças deverão utilizar máscara facial como barreira, para a utilização do o transporte.	Unidade Escolar e Transporte Escolar.	Antes e durante a retomada das aulas presenciais.	Monitores, motoristas Comissão escolar e S.C.O.	Através das mídias sociais. Exigir o uso obrigatório da máscara.	Sem custo
Os motorista e monitores do transporte escolar deverão realizar a aferição de temperatura corporal das crianças, antes de adentarem no transporte escolar, com uso de termômetro infravermelho. Aferida a temperatura de 37,8°C ou superior, não será permitida a entrada no transporte	No transporte escolar.	Antes de adentarem no transporte escolar	Motoristas e monitores do transporte. S.C.O.	Orientações e treinamentos pelo S.C.O.	Sem custo
Solicitar aos pais ou responsáveis que acompanhem seus filhos no ponto de embarque, caso seja detectado febre este não poderá	Unidade escolar e transporte escolar.	Antes e durante o retorno das aulas presenciais	Comissão escola. S.C.O., monitores e motoristas	Orientações através das mídias sociais	Sem custos

adentrar ao veículo.					
Realizar campanha de conscientização para que os pais ou responsáveis priorizem o transporte próprio, visando a evitar a contaminação dentro do transporte; orientando que não transportem passageiros fora do núcleo familiar.	Unidade Escolar e transporte escolar.	Antes e durante a retomada das aulas presenciais.	Comissão escolar, S.C.O..	Orientação e comunicado através das mídias sociais.	Sem custo

Quadro 5: Esquema de organização DAOP Transporte Escolar

7.1.5 DAOP DE MEDIDAS PARA GESTÃO DE PESSOAS

O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Orientar os profissionais da educação quanto as medidas preventivas do COVID-19.	Unidade escolar.	Antes e durante as atividades presenciais.	Comissão Escolare S.C.O.	Distribuição de flyers informativos, colagem de cartazes, diálogo e conversas com os servidores a respeito da importância da prevenção.	Verificar.
Mapear os servidores em grupo de risco, sob suspeita.	Unidade escolar.	Antes do início das atividades presenciais.	Comissão Escolae e S.C.O.	Apresentação de documentos comprobatórios e atestados médicos.	Sem custo.
Monitorar continuamente a saúde do servidor	Unidade escolar.	Durante as atividades presenciais.	Comissão Escolar e S.C.O.	Aferindo a temperatura na chegada ao local de trabalho.	Sem custo.
Orientar os servidores afastados com casos suspeito de COVID-19.	Unidade escolar.	Durante as atividades presenciais.	Comissão escolar e S.C.O.	Receber a comprovação, acolher e orientar os servidores, informar sobre o isolamento social e solidarizar-se.	Sem custo.
Organizar o trabalho remoto e o trabalho presencial.	Unidade Escolar.	Durante as atividades.	Comissão escxolar e S.C.O.	Priorizando os servidores do grupo de risco a trabalhar remotamente. Distribuir tarefas administrativas que possam ser realizadas	Sem custo.

				remotamente, preparar material para aulas remotas e meio de chegar aos estudantes.	
Apoiar psicossocialmente	Unidade escolar.	Antes e durante as atividades presenciais.	Equipe técnica da secretaria de educação (fonoaudióloga, psicóloga)	Preparar um ambiente acolhedor para a recepção da comunidade escolar. Promover campanhas motivacionais utilizando diferentes meios de comunicação, prestar apoio psicológico tanto ao corpo discente quanto ao docente e outros servidores. Estabelecer parcerias com a Secretaria de saúde e assistência social.	Sem custo.

Quadro 6: Esquema de organização DAOP Gestão de Pessoas

7.1.6 DAOP DE MEDIDAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Treinamento para as equipes escolares sobre a aplicação das diferentes diretrizes e protocolos.	Unidade escolar	Assim que for divulgado o plano de contingência.	Comissão Escolar e SCO.	Plataformas digitais e encontros presenciais.	A verificar.
Realização de simulados de campo na unidade escolar.	Unidade Escolar.	Antes do retorno às aulas.	SCO, Comissão escolar.	Exercício realizado na unidade escolar testando os protocolos estabelecidos.	Sem custo.
Treinamento para as Comissões Escolares para fiscalização dos regimentos e diretrizes aplicáveis.	Unidade Escolar.	Antes do retorno às aulas.	Comissão escolar e S.C.O.	Plataformas digitais e encontros presenciais.	Sem custo.

Quadro 7: Esquema de organização DAOP Treinamento e Capacitação

7.1.7 DAOP DE MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Informar aos pais e alunos sobre a abertura da escola para atendimento pedagógico.	Unidade Escolar.	Antes das datas previstas para reabertura das unidades escolares para atendimento pedagógico.	Comissão escolar, S.C.O.	Informar através das mídias sociais, rádios, grupos de whatsapp. Cartazes, Banners online. Vídeos instrutivos, entrevistas.	Sem custos Iniciais.
Informar aos pais e alunos sobre possíveis interrupções do atendimento pedagógico.	Unidade Escolar.	À partir do momento em que as condições de interrupções mensuradas no plano, são atingidas.	Comissão escolar, S.C.O.	Mídias sociais, rádios, grupos de whatsapp. Cartazes, Banners online. Vídeos instrutivos, entrevistas.	Sem custos iniciais.
Informar aos pais e alunos sobre o retorno das atividades quando os riscos forem mitigados.	Unidade Escolar	À partir do momento em que o risco é mitigado.	Comissão escolar, S.C.O.	Mídias sociais, rádios, grupos de whatsapp. Cartazes, Banners online. Vídeos instrutivos, entrevistas.	Sem custos iniciais.
Informar aos pais e alunos sobre o encerramento das atividades pedagógicas.	Unidade Escolar	Ao fim do calendário escolar.	Comissão escolar, S.C.O.	Mídias sociais, rádios, grupos de whatsapp. Cartazes, Banners online. Vídeos instrutivos, entrevistas.	Sem custos iniciais.

Quadro 8: Esquema de organização DAOP Informação e Comunicação

7.1.8 DAOP DE MEDIDAS DE FINANÇAS

O quê (ação) (W2)	Onde (W3)	Quando (W4)	Quem (W5)	Como (H1)	Quanto (H2)
Aquisição de álcool 70% (gel e líquido).	Unidade escolar	Antes do retorno e durante as atividades presenciais.	Setor de Finanças e Licitação.	Definir a quantidade necessária e elaborar licitação.	A verificar.
Aquisição de: termômetros, lixeiras com tampa e pedal, borrifadores para álcool. EPIs: avental, luvas, toucas e máscaras.	Unidade escolar	Antes do retorno das atividades presenciais.	Setor de Finanças e Licitação.	Definir a quantidade necessária e elaborar licitação.	A verificar.
Identificar fonte de recursos e valores para aquisição de materiais, equipamentos e produtos necessários para segurança sanitária e pedagógica do público alvo.	Unidade escolar	Imediatamente.	Setor de Finanças e Licitação.	Identificar fontes de recursos existentes, informar quantitativo existentes e necessidade de buscar recursos externos.	A verificar.

Quadro 8: Esquema de organização DAOP Finanças

7.2 UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL (SISTEMA DE COMANDO OPERACIONAL/COMITES ESCOLARES)

O Centro de Educação Infantil Sérgio Teixeira adotou a seguinte estrutura de gestão operacional.



Figura 2: Organograma de um Sistema de Comando Operacional (SCO) C.E.I. Sérgio Teixeira

Para a devida aplicação da metodologia proposta, cada uma das caixas no organograma deve ser devidamente nominada (responsável) e identificada com telefone, e-mail, Whatsapp da pessoa com poder de decisão. Para facilitar a utilização e visibilidade pode-se criar um mural para comunicações, avisos, indicação dos responsáveis e contatos de emergência.

7.3 SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME)

7.3.1. Dispositivos Principais

Nosso sistema de alerta e alarme está organizado em torno de 5 dispositivos principais de vigilância e comunicação:

- indicações provenientes de instituições hierarquicamente superiores e das entidades de saúde;
- sistema de observações e controle de evidências (tosse persistente de alguém, queixa de sintomas compatíveis com COVID-19, medição de temperatura em casos suspeitos);
- informações variadas plausíveis provenientes de diversas fontes (alunos e pais, funcionários, autoridades locais, entidades representativas e acreditáveis);
- simulados de algumas ações (e protocolos);
- relatórios diários de responsáveis da Unidade de Gestão Operacional.

Com base nestes dispositivos procede-se um constante monitoramento das dinâmicas e ações implementadas e, se necessário, seu ajuste. No quadro abaixo apresenta-se como está organizado o sistema de vigilância e comunicação.

NOME	FUNÇÃO	CONTATO	DISPOSITIVO
SÔNIA MARIA DE BONA SARTOR FURLANETTO	PROFESSORA RESPONSÁVEL	999 47 49 47	Boletim Informativo
MICHELE A. CESCINETTO	PROFESSORA	996 25 25 69	
ELIZANDRA B. GONÇALVES	PROFESSORA	988 16 79 01	
ISADORA M. CONGER	PROFESSORA	9605 6001	Boletim de Ocorrência

JULIANA D'AGOSTIN	PROFESSORA	998 11 62 42	Treinamento e Simulados
LUCIANE VIEIRA	PROFESSORA	9173 3338	
RUBIA CIMOLIN	PROFESSORA	988 22 08 84	Relatórios de Melhorias
SABRINA C. BRESSAN	ESTAGIÁRIA	9948 6929	

Quadro 1: sistema de vigilância e comunicação

7.3.2. Monitoramento e avaliação

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações de processos e resultados e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registro das ações adotadas e das verificações realizadas é também importante para salvaguardar futuras questões legais.

Os registros diários das atividades da escola, de maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos a serem alterados, serão realizados em boletins de preenchimento expedito e em relatórios conforme modelos que consta nos anexos 02 e 03 do Caderno de Apoio Plancon Covid-19.

.